Economia

7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 21 de maio de 2024

Bolsas Na segunda-feira 0,31%

Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 128.027 127.750 16/5 17/5

Na segunda-feira R\$ 5,104 (+0,05%)

Dólar Últimos 5.130 5,136 5,130 5,102

Salário mínimo R\$ 1.412

Euro Comercial, venda

R\$ 5,544

CDI

10,40%

CDB Prefixado

10,39%

Inflação IPCA do IBGE (em %) Dezembro/2023 Janeiro/2024

COMÉRCIO EXTERIOR

Tarifa zero para arroz importado

O governo alterou a alíquota para que a Conab possa comprar o produto de outros países e, assim, evitar a especulação dos preços no mercado interno

» RAFAELA GONÇALVES

m reunião extraordinária, realizada ontem, o Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou a proposta para zerar o imposto de importação de três tipos de arroz para evitar que a oferta nacional do produto seja comprometida pelas enchentes no Rio Grande do Sul, responsável por cerca de 70% da produção nacional.

Dois tipos de arroz não parboilizados e um tipo polido foram incluídos na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (Letec). A isenção, que tem prazo de validade até 31 de dezembro, atende pedido do Ministério da Agricultura e Pecuária e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Segundo o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Servicos (MDIC), Geraldo Alckmin, a ação rança alimentar. "Ao zerar as tarifas, buscamos evitar problemas de desabastecimento ou de aumento do preço do produto no Brasil, por causa da redução de oferta", disse.

Em nota, a pasta informou que vai monitorar a situação para reavaliação do período de vigência, caso necessário. Atualmente, a maior parte das importações de arroz no Brasil é do Mercosul, nas quais a alíquota já é de 0%. "Mas há potencial para importação de outras origens, como a da Tailândia. Em 2024, até abril, as compras de arroz da Tailândia já representam 18,2% do total importado", apontou.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, reforçou que não há risco de faltar arroz no Brasil, visto que a maior parte da safra



já estava colhida e que a medida é para evitar especulação de preços e recompor os estoques públicos. "O objetivo não é concorrer com os produtores gaúchos. O governo não seria insensível de criar uma concorrência, fazer baixar o preço do arroz para o produtor. Inclusive, queremos tranquilizar os produtores em relação a isso", disse o ministro.

Diversos supermercados por todo o país aumentaram os preços do grão e começaram a limitar a compra do grão devido a problemas logísticos após a tragédia climática. Em relatório, o Bradesco estimou uma alta de cerca de 20% nos preços do arroz.

A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) começou a monitorar os valores na prateleira para identificar uma eventual especulação no preço do produto em diversos estados. De acordo com o Procon-SP, a medida foi necessária após "informações equivocadas sobre os impactos das enchentes no Rio Grande do Sul no abastecimento do mercado, uma vez que o estado é o maior pro-

dutor de arroz do país." "A informação é a ferramenta mais adequada para os consumidores identificarem práticas contraindicadas, como a formação de estoques sem necessidade, que causam aumento de preços e falta do produto", explicou Luiz Orsatti Filho, diretor-executivo do Procon-SP.

Sobre o racionamento na venda de arroz, adotado por alguns mercados. O Código de Defesa do Consumidor estabelece que é prática abusiva condicionar o fornecimento de produto a limites quantitativos sem justa causa. "É justificável qué fornecedores disponibilizem os produtos com alguma restrição quantitativa, com o objetivo de atender ao maior número possível de consumidores e, assim, ajudar no combate à especulação. Mas, é importante que esta situação de exceção e dado ao contexto, a limitação nas quantidades vendidas por parte dos estabelecimentos seja informada de maneira clara, precisa e ostensiva", informou a entidade, em nota.

Em 5 anos, mais de 46 milhões de refeições servidas nos Restaurantes Comunitários.

Foi este GDF que fez.



Games



A indústria dos jogos digitais no Brasil ganhou mais um reforço, ontem, com o lançamento do Circuito de Jogos Digitais no Distrito Federal. Uma parceria entre o Ministério dos Esportes, o Instituto Federal de Brasília (IFB) e o Serviço Social do Comércio (Sesc-DF), a iniciativa tem como objetivo fomentar a prática de diversas modalidades dos esportes digitais, como ferramenta de desenvolvimento educacional, profissional e esportivo. O Brasil é líder em consumo de esportes digitais na América Latina e o terceiro no mundo, mas ainda enfrenta uma lacuna no mercado de trabalho por falta de mão de obra adequada no ramo da Tecnologia da Informação (TI), com mais de 400 mil postos de trabalho vagos, segundo a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom).

SIDERURGIA

R\$ 100 bi em investimentos

» VICTOR CORREIA

Empresas do setor siderúrgico anunciaram, ontem, um investimento de R\$ 100,2 bilhões no Brasil até 2028. O valor foi divulgado em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com ministros da área econômica, no Palácio do Planalto.

O investimento ocorre em contrapartida à decisão do governo de aumentar impostos sobre a importação de alguns produtos de aço, de acordo com o volume comprado. O setor reclamava de concorrência desleal com o metal estrangeiro, levando a uma alta ociosidade para a indústria brasileira do aço.

Segundo o presidente do Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil, Jefferson de Paula, o setor representou um investimento de R\$ 162 bilhões nos últimos 15 anos, e gera dois milhões e 900 mil empregos. Porém, apesar da

capacidade instalada para produzir 51 milhões de toneladas, a produção em 2023 foi de apenas 26,6 milhões. Ele citou ainda o grande aumento na importação de aço nos últimos anos e que, atualmente, os importados representam 26% do aço utilizado no Brasil. Desse valor, a maioria vem da China, maior produtor do mundo. "Apenas em 2023, as importações chinesas representaram 58% das importações no Brasil", afirmou de Paula.

Em abril, o governo federal anunciou a elevação para 25% do imposto de importação sobre 11 produtos do aço, além de estabelecer uma cota de volume de importação para cada um deles. Na prática, a tarifa mais elevada só será cobrada para importações maiores do que a cota. Nos demais casos, ela mantém a taxa atual, entre 12% e 13%. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio



Empresários anunciaram os investimentos em reunião no Planalto

Serviços (Mdic) também iniciou investigações sobre casos de *dumping* do aço importado, o que foi confirmado em, pelo menos, cinco produtos.

Durante seu discurso, o presidente Lula reconheceu a concorrência desleal com o aço chinês, mas destacou que essa não é a única dificuldade sofrida pelas siderúrgicas. "O que é grave, mas o nosso problema é que, quando

eu deixei a presidência, esse país vendia três milhões e 800 mil carros por ano. Quando eu voltei, vendia apenas 1,9 milhão, metade", declarou o presidente.

Lula disse que o Brasil precisa ser "mais desaforado" no mercado externo. Para ele, o país pode ocupar papel de destaque. "O mundo, vocês sabem, está muito competitivo. Ninguém dá nada de graça a ninguém", frisou.

BANCO CENTRAL

Focus mina projeções de Selic em um dígito

Economistas do mercado financeiro voltaram a elevar suas projeções para a inflação e para os juros, reduzindo as expectativas para o crescimento da economia brasileira em 2024. Segundo os dados do Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), a estimativa para a taxa Selic passou de 9,75% da semana pas-

sada para 10%. O reajuste das expectativas ocorreu na semana seguinte à divulgação da ata do Comitê de Política Monetária (Copom), colocando fim nas esperanças de que os juros terminassem o ano em um dígito. A previsão para 2025 permaneceu em 9,0%, já a projeção para 2026 subiu de 8,75% para 9,0%. A taxa esperada para 2027, que estava em 8,63%, avançou para 9,0%.

Para o economista Fabio Ongaro, também CEO da Energy Group, essa elevação se dá por diversos fatores econômicos. "Um dos principais motivos é a previsão de condições financeiras globais mais apertadas, juntamente com uma política fiscal mais frouxa no Brasil. Estas condições tornam necessária uma taxa de juros mais alta para controlar a inflação e estabilizar a economia", comentou o especialista.

Segundo o economista, "a Selic pode, portanto, terminar 2024 em dois dígitos, sem considerar as mudanças no cenário econômico, como a manutenção de taxas de juros altas pelo Federal Reserve dos EUA e a forte depreciação cambial, que contribuem para essa projeção. Estes fatores influenciam a inflação e as expectativas do mercado, levando a ajustes nas projeções de taxa básica de juros pelo Banco Central. Normalmente, no quesito taxa básica de juros, o Banco Central tende a seguir o trend dos Estados Unidos", apontou Ongaro. (**RG**)